

# ICMBio

Edição 553 – Ano 12 – 17 de abril de 2020

*em foco*

## **ICMBio institui o Serviço de Infraestrutura de Obras e Projetos de Engenharia**

**Resex do Lago Cuniã ganha Plano de Turismo**

**Publicadas normas para manejo com primatas não-humanos**



# Visitas monitoradas no Parna do Itatiaia batem recorde em 2019

O Programa de Visita Monitorada do Parque Nacional do Itatiaia recebeu 15.822 alunos e bateu um recorde no recebimento de alunos neste ano de 2019. O número anterior era de 2016, que registrou 11.402 alunos.

As visitas buscam a sensibilização ambiental com atividades de educação e interpretação ambiental, além do reconhecimento da importância da preservação da fauna, flora e dos recursos naturais e culturais da unidade de conservação e do seu entorno. A sensibilização traz mudanças de atitude e comportamento em relação ao meio ambiente, sendo a educação ambiental um dos processos de reconhecimento de valores e conceitos.



Parque Nacional do Itatiaia recebe alunos do Ensino Fundamental

## ACESSIBILIDADE

Desde 2016, uma equipe de funcionários, membros do Conselho e voluntários investe em parcerias para a implementação de ferramentas acessíveis ao Centro de Visitantes. Na busca de elementos de tecnologia assistiva, que contemplam a acessibilidade cultural das exposições do Centro de Visitantes, a Equipe da Acessibilidade e Inclusão do PNI buscou profissionais do ramo da audiodescrição (descrição em palavra de um conteúdo imagético), tornando-o acessível a pessoas cegas ou com baixa visão. Em junho de 2019, foram entregues ao parque a audiodescrição (AD e Libras) de dois vídeos sobre o parque que são exibidos no auditório do Centro de Visitantes e 5 itens da exposição permanente sobre a fauna, a flora e a geologia, além do visitante poder contar com experiências sensoriais no Jardim Sensorial, que consiste em valorizar os espaços de convívio com a natureza, as limitações sensoriais e garantir a acessibilidade e inclusão.

Dando continuidade às ações, foram certificadas em Braille uma servidora e duas funcionárias da Unidade de Conservação, que também estudam Libras, e certificado em Libras um funcionário com deficiência auditiva, para uma comunicação mais efetiva entre as pessoas que atuam no parque e os seus visitantes.



Servidora Maria Agostinho da Silva com os alunos da Educação Infantil

A monitoria compreende a condução dos visitantes pela exposição interpretativa, jardim sensorial do Centro de Visitantes e atrativo natural Lago Azul, sendo que as informações prestadas são adaptadas conforme o público específico da visita. As atividades do programa começaram em 1990 e continuam até os dias de hoje. São atividades desenvolvidas por funcionários do Parque que recebem alunos e professores e outros visitantes de várias localidades dos estados do Brasil, sendo mais visitado por alunos dos estados SP, MG e RJ.

# Onças do Iguaçu trabalha no engajamento da população

O Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) vem realizando um trabalho de conscientização nos 14 municípios da região do Oeste do Paraná dentro do Projeto Onças do Iguaçu. A preocupação é preservar o maior felino das Américas, que sofre com a perda do habitat e a caça.

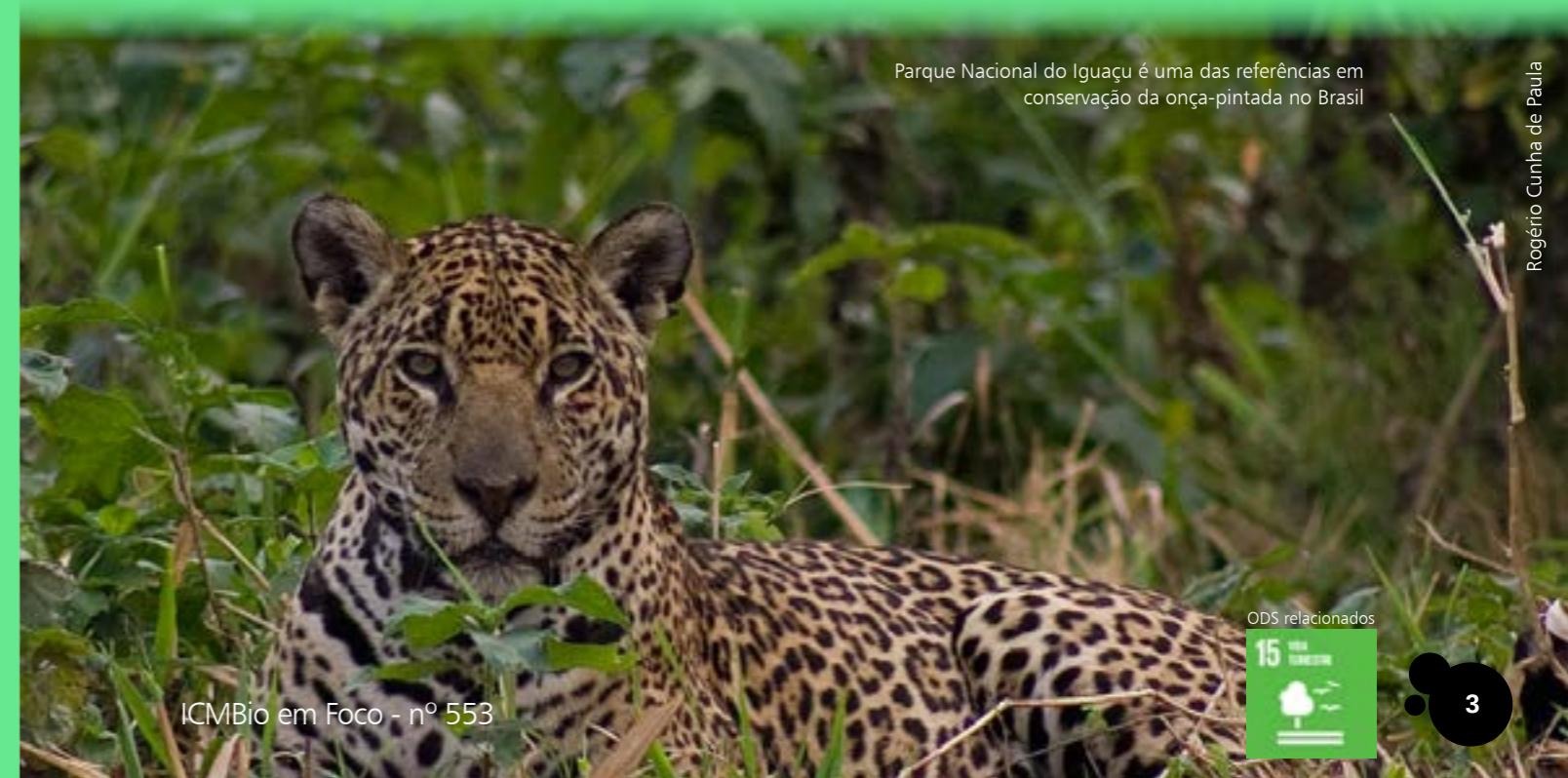
Um censo feito em parceria entre Brasil e Argentina aponta que existem cerca de 105 onças-pintadas no chamado "corredor-verde" entre os dois países. Em 2016, eram 90 animais, ao todo. Juntos, os parques nacionais do Iguaçu, no Brasil, e do Iguazú, na Argentina, totalizam 600 mil hectares e formam a maior área protegida contínua no centro-sul do continente. Abrigam espécies vulneráveis ou ameaçadas de extinção, como a peroba-rosa, o jacaré-de-papo-amarelo, o puma e a onça-pintada.

Um dos objetivos do projeto é conscientizar as pessoas e buscar a coexistência de todas as espécies, com melhorias nas práticas de manejo do gado, além de ações de fiscalização realizadas pela polícia e pelo ICMBio. Segundo a coordenadora do Onças do Iguaçu, Yara Barros, o projeto trabalha com pesquisa,

engajamento da população e ações de coexistência. "Por meio desse trabalho, procuramos encontrar melhores formas de os produtores e fazendeiros terem suas rendas ampliadas e envolvê-los na preservação das onças", comenta Yara.

Um desses trabalhos resultou em uma mudança do uso do solo em que o plantio de milho e soja substitui a prática da pecuária. Yara afirma que o projeto tem ajudado o produtor a ampliar o negócio. Para os pecuaristas, são ensinadas técnicas de manejo que evitam que as onças invadam suas propriedades, como iluminação dos currais e recolhimento dos animais durante a noite.

Parque Nacional do Iguaçu é uma das referências em conservação da onça-pintada no Brasil



ICMBio em Foco - nº 553



# ICMBio institui o Serviço de Infraestrutura de Obras e Projetos de Engenharia



Centro de Visitantes em Fernando de Noronha foi a primeira obra realizada integralmente pela equipe do Seinfra



Construção da Sede do ICMBio em Itaituba (PA) que foi concluída no começo deste ano

Gestores já podem contar com o Serviço de Infraestrutura de Obras e Projetos de Engenharia do ICMBio (Seinfra). Instituído no dia 10 de março de 2020, pela Portaria no 83, a estrutura vai auxiliar o Instituto nas obras e projetos de engenharia de todas as magnitudes.

O Seinfra é uma estrutura dentro da Coordenação de Administração e Logística (COADM) e que centralizará a solicitação dos gestores num único setor, onde haverá a recepção, triagem e atendimento da demanda de forma padronizada e eficiente. O Seinfra visa regulamentar atividades de engenharia no ICMBio, que compreendem as Obras e Serviços, incluindo os serviços técnicos profissionais especializados de engenharia referentes à elaboração de projetos, laudos e pareceres.

Ao todo, são trinta profissionais, dentre servidores, empregados públicos cedidos e colaboradores terceirizados. São engenheiros, arquitetos, técnicos e apoio administrativo lotados em Teresópolis (RJ), Salvador (BA) e na própria sede do ICMBio, em Brasília (DF).

A equipe já está pronta para receber as demandas dos gestores que deverão ser encaminhadas via SEI à COADM/CGATI, instância responsável pelo Seinfra, que irá elencar as demandas e validá-las de acordo com a Diretoria de Planejamento, Administração e Logística (Diplan). As análises serão feitas obedecendo aos seguintes critérios: nível estratégico (CGATI, Gabinete e Diplan); nível de gestão administrativa (COADM); gestão técnica (Seinfra); e nível de execução técnica (equipe de engenheiros e arquitetos dentro da estrutura da Diplan).

De acordo com a coordenadora da COADM, Patrícia Mastella, a agenda do primeiro semestre deste ano do SEINFRA, referente aos atendimentos ordinários de infraestrutura, já está fechada. Contudo, com o advento das fortes

chuvas, nos casos de emergência de infraestrutura, a orientação é a seguinte: quando ocorrer uma emergência de infraestrutura onde o valor orçado para solução imediata for de até 30 mil reais, a recomendação é que o gestor da unidade faça uso do cartão corporativo. Em caso de dúvidas, contactar a CGFIN; em caso de situações que envolvam providências e orçamento mais complexos, a unidade deve enviar documento SEI para a COADM que irá tratar junto à Diplan caso a caso.

O Seinfra já tem em seu portfólio alguns projetos importantes, como a reforma do Centro de Visitantes do Parque Nacional de Fernando de Noronha, o primeiro realizado integralmente pela equipe. A equipe conta ainda com projetos como a nova sede da Reserva Extrativista Chico Mendes, em Rio Branco (AC); ampliação dos prédios de unidades de pesquisa, como o Cemave e o CPB, em Cabedelo (PB); restauração dos Altos Fornos e da Fábrica Real de Ferro na Flona de Ipanema, em Iperó (SP); a sede administrativa da Unidade Especial Avançada, em Itaituba (PA) e outros.

Acervo ICMBio



Reunião da equipe do Seinfra com a coordenadora da COADM, Patrícia Mastella



# Publicadas normas para manejo com primatas não-humanos



Entidades estabeleceram protocolos em função da pandemia do Covid-19, causada por uma variação de coronavírus

Marcos Fialho

O Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Primatas Brasileiros (CPB), Sociedade Brasileira de Primatologia (SBPr), IUCN SSC Conservation Planning Specialist Group (CPSG Brasil), Sociedade Latino-Americana de Primatologia (SLAPrim), Sociedade Internacional de Primatologia (IPS), IUCN SSC Primate Specialist Group (IUCN/SSC/PSG) e Comissão Permanente de Proteção dos Primatas Nativos do Estado de São Paulo (Pró-Primatas Paulistas) elaboraram, em conjunto, comunicado para profissionais que lidam com primatas não-humanos em cativeiro ou vida livre.

As instituições estão preocupadas com o contato dos profissionais em decorrência da pandemia de COVID-19 causada pelo coronavírus SARS-CoV-2. Segundo eles, até o momento não há evidências sobre a transmissão cruzada entre humanos e primatas não-humanos para COVID-19, mas a infecção in vitro do SARS-CoV-2 em macacos rhesus saudáveis confirma a compatibilidade e consequente quadro de pneumonia em primatas não-humanos. "Considerando nossa estreita relação com esses hospedeiros e que outros coronavírus humanos causaram surtos em primatas com sintomas moderados a graves, somado à característica de rápida disseminação

e difícil controle do COVID-19, faz-se urgente o estabelecimento de protocolos de controle e cuidados redobrados com a saúde das populações de primatas, em cativeiro e em vida livre", diz o comunicado.

Eles recomendam aos profissionais da saúde, conservação, turismo, agentes do governo, lideranças político-sociais, pesquisadores, estudantes e profissionais de instituições de cativeiro que implementem medidas protetivas para reduzir o risco de introduzir ou expor primatas ao novo coronavírus.



Gisela Person

## Recomendações elaboradas pelas instituições

- A suspensão das atividades de turismo, pesquisa ou as práticas de lazer que envolvam a observação, visitação ou proximidade de primatas não-humanos, a fim de reduzir o risco de transmissão homem-primate;
- Aos profissionais de Zoológicos, Centros de Triagem, Mantenedores de Fauna e Criadouros (tratadores, estagiários, biólogos e médicos veterinários) que necessitem se aproximar de primatas, a redução das atividades ao mínimo contato possível;
- Às instituições com primatas em cativeiro, a realização de avaliação de risco e limitação do número de contactantes, bem como ater-se às atividades de manejo curativo, alimentar e sanitário dos recintos, conforme orientações do Conselho veterinário do Species Survival Plan® Program – Association of Zoos and Aquariums (AZA) (disponível aqui, em versão traduzida). Nesses casos, fazer o uso de Equipamento de Proteção Individual (EPI), seguindo o Manual de Boas Práticas para o Monitoramento da Saúde e Controle de Doenças em Grandes Primatas, da International Union for Conservation of Nature (IUCN).
- A todas as pessoas que apresentem qualquer sintoma de gripe ou de outra doença respiratória contagiosa, que se afastem imediatamente de funções ou atividades que envolvam proximidade ou contato direto com primatas não-humanos;
- Que todos os cuidados listados anteriormente sejam adotados quando pesquisas em curso, inclusive aquelas em vida livre, não puderem de forma alguma ser suspensas no momento.

Somado às boas práticas já adotadas em pesquisas e manejo de primatas em campo e cativeiro, ressalta-se a necessidade de atenção redobrada para proteger os primatas neste momento de alto risco de contaminação. Vale ressaltar que essa é uma preocupação global e que muitos países têm estabelecido recomendações semelhantes.

[Clique aqui para ler o comunicado na íntegra](#)

# Planalto Central ganha mais uma RPPN



Acervo APA Planalto Central

Foi publicada no dia 06 de abril, a Portaria Nº 256 que cria a Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) Reserva Boa Esperança. A reserva é composta de 1.263 hectares e está situada no extremo norte da Área de Proteção (APA) do Planalto Central, no município de Planaltina de Goiás. A unidade de conservação contém grandes áreas de cerrado ainda intactas e com diversos setores com matas de galeria muito bem conservadas.

A fauna e a flora do cerrado também estão muito bem conservadas e vêm servindo de refúgio para um considerável número de animais. Além disso, a área da RPPN é formada por montanhas e colinas que apresentam vários pontos com belezas cênicas expressivas entre pequenos córregos. A criação de uma RPPN é muito importante para a proteção do meio ambiente. Além disso, a Reserva Boa Esperança encontra-se justamente na "Zona de Conservação da Vida Silvestre" da APA do Planalto Central.

Segundo o chefe da APA do Planalto Central, Maurício Laxe, a criação da RPPN Boa Esperança representa uma fundamental iniciativa para a proteção do Cerrado, em uma área significativa do estado de Goiás situada no entorno do Distrito Federal. "Onde, inclusive, ainda registramos a ocorrência de onças pintadas e lobos-guarás", argumenta Laxe. A criação desta nova RPPN não só ampliará a conservação ambiental do bioma Cerrado, mas também, devido à sua

estratégica localização, possibilitará o desenvolvimento do ecoturismo na região e o fortalecimento da Reserva da Biosfera do Cerrado, acrescenta ainda o chefe da APA.

As RPPNs são uma importante contribuição da sociedade civil para a proteção do meio ambiente, pois divide com o governo o ônus da gestão. Criadas pela iniciativa de proprietários particulares, elas têm como principal característica a conservação da diversidade biológica.

As RPPNs foram criadas por decreto em 1990 e passaram a ser consideradas Unidades de Conservação no ano 2000, com a publicação da Lei 9.985, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). O país, segundo a Confederação Nacional de Reservas Particulares do Patrimônio Natural, exibe mais 1.540 RPPNs que, juntas, somam mais 779 mil hectares do território protegido. Atualmente, são mais de 673 RPPNs federais, que representam mais de 500 mil hectares de áreas protegidas. A maioria das unidades desenvolvem atividades concentradas na preservação ambiental, ecoturismo, educação ambiental, pesquisa e proteção. Minas Gerais é o estado com maior quantidade de RPPNs, depois vem o Paraná e o Rio de Janeiro.

ODS relacionados



[www.icmbio.gov.br](http://www.icmbio.gov.br)

# Resex do Lago Cuniã ganha Plano de Turismo



Os comunitários da Reserva Extrativista (Resex) Lago Cuniã, em Rondônia, contam agora com mais uma forma de renda. Eles poderão desenvolver o Turismo de Base Comunitária (TBC) na Unidade de Conservação federal (UC). Entre as atrações contempladas pelo TBC estão a observação de fauna e flora, culturas regionais (festas religiosas), culinária regional, extrativismo do açaí e castanha do brasil, além dos passeios em trilhas, igarapés, igapós e lagos da região. Também terá venda de artesanato, como óleos vegetais e produtos da culinária local. Aproximadamente, são 90 famílias contempladas e 400 moradores na UC.

As diretrizes definidoras do TBC estão descritas no Plano de Desenvolvimento Sustentável do Turismo de Base Comunitária da Reserva Extrativista Lago Cuniã que, desde 2013, vem sendo elaborado e foi finalizado no mês passado. Segundo o chefe da unidade, Cristiano Andrey Souza do Vale, o Plano é um documento norteador para o desenvolvimento da atividade turística na UC. "Ele foi construído de forma participativa, trazendo em sua concepção todos os anseios e ações em consonância com as normativas vigentes e atividades possíveis de serem desenvolvidas na Resex Lago do Cuniã", ressalta.



Observação de fauna é um dos atrativos da Resex do Lago Cuniã

O documento foi elaborado em parceria entre Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), o Instituto Rondoniense de Turismo e a Associação Comunitária

(ASMOCUN), financiado pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Porto Velho/RO por meio de conversão de multa. Todo o processo de desenvolvimento do documento ocorreu de forma participativa com inúmeras reuniões e oficinas. O Plano está alinhado com os objetivos da unidade de conservação.

A Resex Lago do Cuniã possui, atualmente, 75.876,67 hectares. A renda de seus moradores é proveniente do extrativismo (açaí, castanha do Brasil, óleos vegetais), da pesca comercial e de subsistência (peixes em geral e do pirarucu), do manejo de jacarés e, recentemente, da comercialização de polpas e açaí pela cooperativa de moradores local (COOPCUNIA). A UC possui todas as ferramentas de gestão, como plano de manejo, plano de manejo dos crocodilianos, Conselho Deliberativo e Acordo de Gestão.

Conheça aqui o Plano de Desenvolvimento Sustentável do Turismo de Base Comunitária da Reserva Extrativista Lago Cuniã.



Acervo ICMBio

ICMBio em Foco - nº 553

# Mona Cagarras comemora dez anos

Acervo ICMBio



O Monumento Natural (Mona) do Arquipélago das Ilhas Cagarras, no Rio de Janeiro, completou 10 anos no dia 13 de abril. A criação desta unidade de conservação é bastante peculiar porque foi realizada através de Lei, e não por Decreto como a maioria das UCs federais.

O processo de criação foi iniciado em 1989, com a Resolução CONAMA 11/89, que enviou ao Poder Público Federal uma proposta de Decreto para a criação de uma ÁREA de Relevante Interesse Ecológico (ARIE) no arquipélago das Cagarras, localizado a 5 km da orla da zona sul carioca. No entanto, mais de vinte anos se passaram até a criação desta Unidade, com muitos projetos de lei apresentados durante este período, com diferentes propostas de limites e categorias de UC.

A criação da Unidade foi concretizada em 2010, por meio da Lei 12.229/10, que estabeleceu que a Unidade tem como objetivo básico preservar remanescentes do ecossistema insular do domínio da Mata Atlântica; belezas cênicas; e ser um refúgio e área de nidificação de aves marinhas migratórias.

Apesar de sua área relativamente pequena (92 hectares), o Monumento e seu entorno imediato apresentam elevada relevância para a

biodiversidade insular e marinha, já que abriga uma das duas maiores colônias reprodutivas de fragatas (*Fregata magnificens*) e atobás-marrons (*Sula leucogaster*) na costa brasileira (a outra fica no Arquipélago de Abrolhos, no sul da Bahia). É também área de socialização e descanso para golfinhos-flíper (*Tursiops truncatus*), baleias-jubarte (*Megaptera novaeangliae*) e outros cetáceos, além de um número expressivo de invertebrados e vertebrados marinhos, inclusive com registro de espécies ameaçadas de extinção. Em sua área terrestre, a Unidade protege um importante remanescente de Mata Atlântica insular que abriga espécies vegetais endêmicas e ameaçadas de bromeliáceas, cactáceas, orquídeas, dentre outras.

Além de sua relevância para a biodiversidade, o Monumento Natural das Cagarras protege um patrimônio histórico recém descoberto: um sítio arqueológico tupi-guarani pré-colonial, no qual foram catalogados itens como ferramentas líticas e fragmentos de cerâmica.

No século XV, os indígenas utilizavam o arquipélago como área de pesca (em diversas modalidades), como abrigo em situações de mau tempo e como área de lazer. Atividades de Uso Público como passeio náutico embarcado, mergulho contemplativo, canoagem, escalada e

pesca esportiva (no entorno) são registradas na UC, e outras tantas apresentam potencial para serem implementadas futuramente.

Atualmente, a gestão da Unidade tem como principal meta a publicação do Plano de Manejo (cujo processo encontra-se em fase final para aprovação); e na sequência, a elaboração e publicação do Plano de Uso Público. Segundo a gestora, Tatiana Ribeiro, o ordenamento da visitação é uma das principais demandas da sociedade local, que remonta à criação da Unidade. Ela acrescenta que o Plano de Uso Público possibilitará ainda uma maior aproximação com este segmento, a ampliação do rol de atividades de esporte e lazer nesta área e a divulgação da Unidade, que é tão próxima à cidade do Rio de Janeiro, mas pouco conhecida pelos cariocas.

Para alcançar tais metas, o Mona Cagarras conta não apenas com sua equipe, recém ampliada, o que permitirá a realização de uma série de ações a partir de 2020, mas também com a parceria de seu Conselho Gestor, em funcionamento desde 2011 e bastante ativo em ações da Unidade; e outros parceiros locais como o Projeto Ilhas do Rio, que atuam em pesquisas e ações de divulgação também desde 2011. Segundo Tatiana, parcerias como estas são muito bem-vindas, tendo sido primordiais para a implementação da UC nestes dez primeiros anos. “Para os próximos anos, esperamos manter e mesmo ampliar as parcerias, o que está inclusive previsto na própria Lei de Criação da Unidade”.

Unidade de conservação abriga área de reprodução de aves marinhas além de ser uma rota para cetáceos

Fernando Moraes



ODS relacionados



# Cemave prepara evento on-line de proteção a papagaio



Ação #CadaUmNoSeuNinho reforça as medidas de isolamento social recomendadas por médicos para o controle da pandemia de Coronavírus

A Semana de Estudos para a Proteção dos Papagaios e demais Psitacídeos Brasileiros será comemorada em formato digital pelo Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Aves Silvestres (Cemave) e parceiros do Plano Nacional (PAN) Papagaios, devido à pandemia do Covid-19. O objetivo da ação on-line, que será de 13 a 17 de abril, é conscientizar e sensibilizar as pessoas sobre a conservação das espécies protegidas.

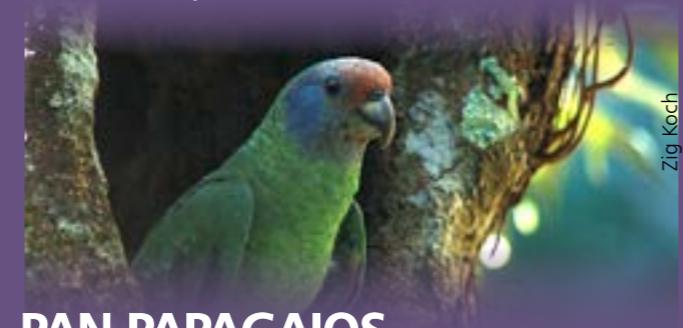
As ações digitais vão acontecer por meio das redes sociais Facebook, Instagram, YouTube e blog do Programa Papagaios do Brasil. Será liberado para download um álbum de figurinhas educativo para o público infanto-juvenil e conteúdos especiais com curiosidades sobre as espécies do Plano de Ação Nacional para Conservação dos Papagaios (PAN Papagaios): papagaio-verdadeiro (*Amazona aestiva*); papagaio-charão (*Amazona pretrei*), papagaio-de-peito-roxo (*Amazona vittata*), papagaio-de-cara-roxa (*Amazona brasiliensis*), papagaio-chauá (*Amazona rhodocorytha*) e papagaio-moleiro (*Amazona farinosa*).

A comemoração também contará com eventos digitais paralelos realizados por parceiros e promoverá uma campanha em apoio ao movimento “Fique em Casa”. Com o nome “#CadaUmNoSeuNinho”, o objetivo é reforçar a necessidade de cumprir as medidas de isolamento social recomendadas por profissionais e instituições de saúde.

A data, comemorada na terceira semana de abril, foi criada pela Secretaria de Biodiversidades

do Ministério do Meio Ambiente (MMA) em 2018, com o objetivo de informar e sensibilizar sobre a importância de preservar essas aves na natureza.

O Programa Papagaios do Brasil é uma iniciativa da Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem e Educação Ambiental (SPVS), em parceria com o ICMBio/CEMAVE, a Fundação Neotrópica do Brasil, Associação Amigos do Meio Ambiente (AMA), Parque das Aves e Universidade de São Paulo (USP), com apoio da Fundação Grupo Boticário de Proteção à Natureza. O Programa implementa ações transversais do PAN Papagaios, coordenado pelo Cemave.



## PAN PAPAGAIOS

Elaborado em 2010, o PAN Papagaios reúne um grupo de profissionais e instituições dedicadas à conservação destas espécies e, atualmente, está em seu segundo ciclo, com duração prevista até 2022.

Desde a formalização do PAN Papagaios, foram obtidos resultados que contribuem com a preservação das aves, como a criação de Unidades de Conservação federal e uma redução no nível de ameaça de extinção de uma das espécies, o papagaio-de-cara-roxa, que mudou de categoria, de vulnerável para “quase ameaçado” na Lista de Espécies Ameaçadas de Extinção.

Coordenadora do PAN Papagaios, Patricia Serafini alerta que, apesar dos bons resultados, ainda existem muitos desafios para a conservação dos papagaios no Brasil. “Apenas com o envolvimento da sociedade como um todo, com cada um de nós compreendendo o que acontece hoje com os papagaios em seu ambiente natural, conseguiremos juntos resultados eficientes, como a redução do tráfico ilegal de papagaios e a recuperação de suas populações. Além disso, são cruciais ações de longo prazo, de monitoramento, proteção e educação para conservação”, explica.



## Prata da Casa

Estudo mostra boa recuperação da floresta após 15 anos de ocorrência de incêndio na região



Aceavo ICMBio

### Artigo analisa impacto de incêndio em Flona do Tapajós

O artigo “Composição e Estrutura de uma Floresta Primária Atingida por Incêndio Florestal na Amazônia Oriental”, publicado na Volume 30 (1) da revista Ciência Florestal, que tem como autor principal o analista ambiental do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), Darlison Fernandes Carvalho de Andrade, traz boas notícias. Os resultados indicam que “após 15 anos da ocorrência do incêndio, a floresta não registrou perdas em riqueza e diversidade de espécies arbóreas, indicando boa resiliência ao distúrbio”. Ainda, segundo os autores, “as alterações pós-fogo na composição florística de uma floresta primária são definidas, principalmente, pela entrada e saída de espécies localmente raras, e as espécies com maior densidade e área basal são responsáveis pela manutenção da estrutura da floresta”. Darlison também complementa que os estudos fornecem informações sobre a capacidade de resiliência dos ecossistemas amazônicos ao fogo, que podem ser importantes instrumentos para o manejo e conservação da Floresta Nacional do Tapajós.

No artigo consta uma análise de dados de inventários amostrais, realizados nos anos de 1983, 1987, 1989, 1995, 2008 e 2012, em 12 parcelas permanentes de 0,25 hectares, com dados anteriores (14 anos) e posteriores ao incêndio (15 anos). A área de estudo está localizada em uma floresta ombrófila densa, sem histórico de distúrbios antrópicos, na Floresta Nacional do Tapajós, oeste do estado do Pará.

Acesse aqui e conheça o estudo

## Curtas

BioBrasil  
BIODIVERSIDADE BRASILEIRA  
REVISTA CIENTÍFICA

Aceavo ICMBio



Primeira edição do ano mostra resumos dos trabalhos expostos na Wildfire Brasil

### Lançada edição especial da revista Biodiversidade Brasileira

Já está no ar a nova edição da revista Biodiversidade Brasileira. O primeiro número do ano traz os resumos traduzidos para o inglês e apresentados na 7ª Conferência Internacional sobre Incêndios Florestais (Wildfire), ocorrida no final de outubro, no Brasil.

Em aproximadamente 90 trabalhos, distribuídos em cinco subtemas, os autores abordaram a contribuição da Sociedade Civil no Manejo Integrado do Fogo (MIF); o conceito de MIF para a promoção e estabilização de ecossistemas resilientes; a contribuição da abordagem MIF para a mitigação de Impactos Secundários; os avanços Tecnológicos na Prevenção e no Combate aos Incêndios Florestais; e o MIF como elemento chave de políticas de gestão de incêndios florestais.

Clique aqui para acessar a versão completa

ODS relacionados



# Resex Lago do Cedro (MT)

Acervo Resex Lago do Cedro e Kennedy Borges





## **ICMBio em Foco**

Revista eletrônica

### **Edição**

Ramilla Rodrigues

### **Projeto Gráfico**

Bruno Bimbato

Narayanne Miranda

### **Diagramação**

Gabriel Schulz

### **Revisão**

Marjoire de Carvalho Malaquias

### **Chefe da Divisão de Comunicação**

Marjoire de Carvalho Malaquias

### **Foto da Capa**

Luciano Malanski

## **Colaboraram nesta edição**

Carla Viviane – DCOM; Cristiano Vale – Resex do Lago Cuniã; Elizabeth Hulgado – Parna de Itatiaia; Igor Guimarães – COADM; Patrícia Serafini – Cemave; Ricardo Peng – APA do Planalto Central; Tatiana Ribeiro – MONA Cagarras

### **Divisão de Comunicação - DCOM**

### **Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio**

Complexo Administrativo Sudoeste - EQSW 103/104 - Bloco C - 1º andar - CEP: 70670-350 - Brasília/DF Fone +55 (61) 2028-9280 [comunicacao@icmbio.gov.br](mailto:comunicacao@icmbio.gov.br) - [www.icmbio.gov.br](http://www.icmbio.gov.br)

